



Artigos/Articles

A redução sociolinguística

The sociolinguistic reduction

Gabriel Nascimento¹

RESUMO

Este artigo compõe uma tríade. O primeiro deles, publicado em 2020 (Nascimento, 2020) tinha como objetivo uma crítica epistemológica a como a linguística historicamente tem usado o negro como tema. Já em Nascimento (2025) propus a ideia de que a própria história da linguística pressupõe sua eurocentração epistemológica e, neste, a crise do privilégio epistêmico. Assim, vou usar a ideia de redução sociológica a partir do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos para tecer críticas ao que vou chamar de reducionismo sociolinguístico e, por fim, propor a ideia de redução sociolinguística como uma alternativa ontológica

Palavras-Chave: crítica epistemológica; redução sociológica; redução sociolinguística.

ABSTRACT

This paper is the third one following a triadic sequence. In the first article, which was published in 2020 (Nascimento, 2021) I sought to develop an epistemic criticism to how linguistics historically has limited black people into a black theme. In Nascimento (2025) I criticized the way linguistics has been framed through a single story one can define as epistemic Europeanness and this one to inform the idea of a crisis of the epistemic privilege. In this article I will go further: I will inform my analysis by Guerreiro Ramos' assumptions on sociological reduction to oppose what it will be explored as sociolinguistic reductionism towards defining sociolinguistic reduction as an ontological alternative.

Keywords: epistemic criticism; sociological reduction; sociolinguistic reduction.

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7695-9264>. Email: gabriel@ufsb.edu.br

1. Introdução

O que sabemos de sociolinguística abrange muito mais do que uma área que passou a ser assim chamada na década de 60 após os primeiros trabalhos do norte-americano William Labov.

A própria noção histórica de uma sociolinguística precede a obra laboviana, uma vez que, na literatura recente, o trabalho sociolinguístico se conecta a muitos outros, além da própria ideia de descrição², como a teoria das ideias linguísticas e as teorizações sobre mudança linguística.

Este artigo nasce de diversos empreendimentos, em áreas distintas, mas sobretudo na linguística aplicada, sociologia da linguagem e antropologia linguística, num esforço a muitas mãos de se repensar epistemicamente e ontologicamente nossa grande área, domínios que buscarei explicar ao reposicionar o debate sociolinguístico neste trabalho.

Não há nada de ousado nisso. Harris (1981) o fez ao requalificar as ideologias ocidentais que figuravam entre norma versus uso, Chomsky ao embaralhar a visão linguística europeia de hierarquia das línguas (ver DeGraff, 2003 a respeito dessa defesa), e Makoni e Pennycook (2006), seguindo os passos de Harris, e outros autores, ao aprofundar o debate de língua como uma invenção ou regime metadiscursivo produzido pelo colonialismo, cisheteropatriarcado e racismo no ocidente.

O primeiro contexto que me traz a este texto é me insurgir contra a departamentalização da educação brasileira iniciada com a Reforma Universitária de 1968, ambiente que criou áreas tão enclausuradas nelas mesmas, com seus dilemas epistemológicos reduzidos a repetições quase que panfletárias dos principais autores da área, naquilo que já chamei de linguística desenvolvimentista (Nascimento, 2025).

Essa departamentalização nos lega a ideia de que a análise sociolinguística só existe nos lugares onde se lê aquele número finito de autores que defendem praticamente as mesmas ideias com um ativismo pró-decisões verticais do Estado (ver Bagno e Rangel, 2005), nos seguintes aspectos: democratização da cultura letrada, letramentos oficiais, déficit e competências básicas.

Além disso, em que pese seja preciso criticar o conhecimento que vem de “fora” do Brasil como colonial e imperialista, é também necessário traduzir a disputa de narrativa que acadêmicos de campos como linguística aplicada, sociologia da linguagem e antropologia linguística (Garcia, 2009; Flores e Rosa, 2015; Makoni e Meinhoff, 2006; Stroud, 2001, 2018; Blommaert, 1999, 2008;

² Todos os itálicos deste artigo que não se referirem a títulos de trabalhos ou palavras em língua estrangeira são propositalmente assim grafados para gerar algum incômodo no leitor.

Oostendorp, 2023) “de fora”, mas também do Brasil (Silva, 2022; Windle e Moita-Lopes, 2023; Fabrício e Moita Lopes, 2020; Melo, 2019) vêm fazendo na sociolinguística sem limitá-la a uma área disciplinar.

O que se busca neste texto não é o mero reconhecimento de que o que fazemos é sociolinguística. Como a crítica começa em eventos anteriores, como a Reforma Universitária de 1968 e, como mostrarei mais tarde, no chamado reducionismo sociológico entre os principais intelectuais brasileiros, o que vamos demonstrar inicialmente é que, para além da denominação do que seja a área, nossas pesquisas afirmam aspectos sociolinguísticos caros que não carecem de ser assim categorizados, mas que fazem parte dos repertórios linguísticos dos nossos e das nossas participantes.

A ideia de uma redução sociolinguística tem origem na crítica que o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1996) faz às ciências sociais no país e aos seus principais intérpretes. Como veremos, Guerreiro Ramos (1995, 1996) é um incomodado com a forma como a ciência sociológica brasileira importava, sem uma massa crítica, vários aspectos analíticos e metodológicos da disciplina na Europa, aprisionando, com isso, muitas possibilidades de ascensão de um pensamento situado e datado a partir da complexidade da realidade nacional.

Outro motivo que me traz a este artigo é que ele é originalmente oriundo de um livro intitulado “Em Defesa do Pretuguês”, que objetiva se desvencilhar de debates centrais para sociolinguistas e especialistas de linguística histórica, como a natureza da transmissão linguística no país, a criouliização, descriouliização, entre outros. Como tudo parecia meio confuso a princípio, este texto surgiu como uma forma de partir do que eu vinha teorizando anteriormente como racismo linguístico (Nascimento, 2019, 2021, 2022, 2023) em direção àquilo que podemos chamar de racismo na linguística (Nascimento, 2020, Nascimento e Windle, 2021).

Lembro de quando comecei a apresentar meu livro (Nascimento, 2019) que, em uma rede social, o sociolinguista Marcos Bagno alfinetou, a partir de seus objetivos na época, “você fala de racismo linguístico e eu falo de racismo na linguística”. Meses antes, ele tinha participado de congressos na área de linguística com dados quase que demográficos usados na ocasião para contrastar a hegemonia racial branca na linguística, que ele chamava, antes de eu publicar a respeito, como racismo linguístico.

Essa fala mostra com força o princípio da departamentalização no nosso lócus de enunciação porque convém ao especialista, especialmente o que quer se valer da indústria livresca, chamar uma teoria de sua, quando, na verdade, teorias não têm donos, mas intérpretes. O termo racismo linguístico não é originalmente de minha autoria, e essa teoria não me pertence. Esse item já tinha aparecido em um texto de Marcos Bagno de 2008³, em Lucchesi (2011), e, atualmente, têm aparecido em vários artigos e capítulos de livro de Kroskrity

³ Ver em < <https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>>.

(2020, 2021), Dovchin (2020) e May (2023). Naquele momento (ver Nascimento, 2019), o que eu busquei fazer foi aprofundar a ideia de racialização na língua a partir de vozes negras que, apesar de preponderantes num pensamento negro contemporâneo, eram ignoradas nos estudos linguísticos.

Para isso, é preciso dizer que há uma anterioridade ao debate de racismo linguístico ou racismo na linguística, que é o papel do intérprete nas ciências sociais brasileiras, oportunizando o que Guerreiro Ramos (1996) define como redução sociológica.

2. A crise do intérprete

Antes mesmo de ponderar o papel de uma redução sociológica como base da redução sociolinguística, é preciso falar do papel do intérprete. Em nossa história sociológica, os cientistas sociais não foram os primeiros a serem alçados a essa figura.

Muitos foram os figurões na história colonial, desde os padres Anchieta ou Antônio Vieira, da primeira fase para a segunda fase da história colonial, até José Bonifácio ou Joaquim Nabuco nos idos dos oitocentos. Um dos motivos mais plausíveis é a forma como a educação no país sempre foi elitizada, fazendo com que, na própria elite, aqueles que lessem e pensassem fossem poucos.

Nietzsche (1987) é um dos que nos lembra da famosa divisão platônica em torno da pólis entre aqueles que pensam e aqueles que fazem. Para Nietzsche, isso engloba uma genealogia em que, para pensar, é preciso ter privilégio e estar alinhado a uma certa formação genealógica dominante.

É exatamente essa genealogia, um conjunto de raízes epistemológicas que se estabelecem historicamente, que formata a figura do intérprete, este sendo eleito entre seus pares como alguém que produz algo relevante e passa a ser petrificado nessa posição tal qual um guru, líder religioso, ainda que não queira.

A problemática do intérprete passa a existir quando ele, em geral homem branco e herdeiro das elites quatrocentonas brasileiras, é alçado a um grande intérprete. Como já mostrei anteriormente (Nascimento, 2020), muitos foram os nomes que dividiram esse cenário entre o final do século XIX e o século XX. Na primeira etapa, temos gente como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Raimundo Nina Rodrigues etc. Esses primeiros englobam aquilo que tenho classificado como racialistas, em razão de sua obsessão não-científica pela ciência da raça. Ou seja, a pretexto de discriminar, esses autores visibilizam saberes hegemônicos, não necessariamente testados na disciplina científica, a respeito das populações minorizadas em nome do suposto elemento nacional.

Um outro grupo de intelectuais, hoje hegemônico em basicamente todas as áreas das ciências sociais, a pretexto de superar um racialismo obscurantista, produziu visões basicamente repetidoras e tributárias de epistemologias eurocêntricas, como buscarei demonstrar a seguir, com o objetivo de situar o

que seja uma redução sociológica. Esse conjunto de intelectuais, alvo do cerne deste artigo, engloba gente como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Nelson Werneck Sodré, Edison Carneiro, Florestan Fernandes etc.

Sendo um grupo mais amplo, seu maior problema enquanto uma genealogia de intérpretes é a forma como eles abandonam ligeiramente a questão racial, com a desculpa de seguir uma ciência verdadeiramente acadêmica, isso para se dedicar a problemas sociais com visões homogêneas a partir de marcadores eurocêntricos, como formas reducionistas de categorização política e privilégios raciais ocultados em suas narrativas. O termo “ligeiramente” se refere à forma como esses estudiosos abordam o debate racial como incluído na questão nacional, sem necessidade de o explorar devidamente em sua inteireza. Diante disso, vários desses estudos apontam, ainda que implicitamente, ao debate racial (vide Florestan Fernandes, que mais tarde inclina seu trabalho à questão racial e como ela performa na vida pública brasileira e Darcy Ribeiro, cujo trabalho sociológico, em nível antropológico e ontoepistêmico, não sobrevive sem uma devida análise racial), embora não o tomando como protagonista.

A proposta da crise do intérprete, elemento inaugural para base do nosso argumento, pressupõe a crise do privilégio epistêmico, este branco, pelo qual um grupo reduzido de intelectuais, que eram procurados como grandes intérpretes da natureza sociológica e histórica brasileira, passa a ser questionado.

3. A redução sociológica

Muito do que vamos relacionar a uma redução sociológica está na base do que podemos compreender como racismo epistêmico (Grosfoguel, 2016), este sendo a forma como o mundo eurocêntrico hegemoniza a noção de “saber” e “conhecimento” a partir de uma ecologia dos saberes (Santos e Meneses, 2010).

Essa ecologia dos saberes faz com que determinados conhecimentos lidos como universais, ainda que vazios ou sem razoabilidade prática na vida das pessoas, sejam implementados e outros, lidos como situados e datados, sejam desprezados.

A ideia de uma redução sociológica parte das indagações críticas do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos que, já em sua Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (Guerreiro Ramos, 1995), publicada originalmente em 1957, assumia um tom mais duro à forma como a ciência assimila teorias estrangeiras em nosso país, mormente técnicas estrangeiras de interpretação da realidade nacional sem uma abordagem crítica a respeito.

Anteriormente eu já utilizei conceitos desse autor (ver Nascimento, 2020) para assumir a ideia de como a linguística usa o negro como tema (ver Nascimento e Windle, 2021), o que faz dessa área um lócus de racismo epistêmico.

Neste artigo, mais do que o apontamento de uma linguística racista, ou que reproduz racismo linguístico, ou ainda o perigo de uma linguística única (ver Nascimento, 2025), continuamos uma trilogia de nossa posicionalidade no sentido de propor uma régua para que os estudos linguísticos reproduzam, cada vez menos, vícios coloniais/ racistas. Um deles é o que vou chamar de reducionismo sociolinguístico, um construto diametralmente oposto à redução sociolinguística, oriundo da inspiração do que Guerreiro Ramos denomina redução sociológica.

A ideia de uma redução sociológica por Guerreiro Ramos (1996) vem de seus incômodos em relação a como estudiosos brasileiros implantavam um certo pensamento estrangeiro e suas epistemologias derivadas, sem um mínimo de esforço de compreensão de seu papel para a condição local. Trata-se, assim, de combater a ideia de implantar saberes estrangeiros no contexto local, sem que o contexto local seja esgotado em sua complexidade.

Ao contrário do que podem dizer, a redução advogada por ele não é meramente um panfleto contra teorias estrangeiras. Nas palavras do estudioso, no prefácio à segunda edição de seu livro,

É esdrúxulo advogar ou condenar a importação de conhecimentos. Todos os países são importadores de ciência. O que se trata — no caso — é de como importar. O sentido da Cartilha e de sua metodologia geral, a redução sociológica, não é a solerte e irracional hostilidade ao produto cultural estrangeiro. O que preconizamos é a substituição da atitude hipercorreta em face de tal produto pela atitude crítico-assimilativa (Guerreiro Ramos, 1996, p. 20).

Assim, longe de um ufanismo ou nacionalismo, mas em face do que era produzido no Brasil como uma suposta superação do problema do racismo, Guerreiro Ramos se opõe a escolas que maximizam teorias europeias e norte-americanas, inclusive as de classe social, como verdadeiros mitos fundadores nacionais (ver Souza, 2015) que, ao passo que contribuem para o intelectual branco se desresponsabilizar por uma história racista (Alcoff, 2015), esse intelectual passa a se promover como grande intérprete progressista.

Para Guerreiro Ramos, sem utilizar o termo reducionismo que aqui passo a utilizar, o que constitui uma redução sociológica, ao contrário do primeiro, são os valores que se amparam nos seguintes aspectos:

Aspectos	Resumo
A redução sociológica é atitude metódica.	A maneira de ver o mundo obedece a regras e depura os objetos que dificultem a percepção exaustiva e radical do significado do que é analisado.
Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos.	Para se chegar à <i>redução</i> , mesmo com literatura estrangeira ou com a possibilidade de leitura crítica do contexto local, é preciso que haja pressupostos envolvidos.

Postula a noção de mundo.	Institui a ideia de que a consciência social é formada a partir da reciprocidade de perspectivas, através da admissão de que a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados.
É perspectivista.	Os objetos são constituídos pela perspectiva que os localiza no mundo. Isto é, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ter o mesmo valor que tinham.
Seus suportes são coletivos e não individuais.	Apesar de não negar o indivíduo, a sociologia organizacional de Guerreiro Ramos se baseia na ideia de que o sociólogo tira conclusões com base no caráter coletivo de seus suportes, e não na interpretação pela interpretação.
É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira.	Ao contrário da <i>hipercorreção</i> , processo pelo qual o cientista social interpreta a questão social com uma tradução acrítica das teorias estrangeiras, pressupondo, muitas vezes, sem as assimilar, Guerreiro Ramos propõe a leitura de literatura estrangeira a partir de uma abordagem crítico-assimilativa, com critérios de seletividade baseados no fenômeno local.
Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada.	Apesar de popular, não há nada de reducionista nessa abordagem. Pelo contrário, só se chega à redução como abordagem metodológica recorrendo-se a conhecimentos diversos, inclusive de história.

Quadro 1- Principais ideias de Guerreiro Ramos (1996) sobre a *Redução sociológica*

Numa abordagem epistemicamente crítica, já empreendida no mundo eurocêntrico por Nietzsche (1987) ou Foucault (1972), em relação à genealogia e suas limitações na filosofia ou na história moderna, bem como a interpretação limitada do fenômeno língua/ linguagem na linguística (Harris, 1981; Makoni e Pennycook, 2006), Guerreiro Ramos não rejeita a possibilidade de leitura diversamente epistêmica, como aquela em que se usa ou se mescla conteúdos estrangeiros e o pensamento local, mas impõe a necessidade de que esse conhecimento, seja ele estrangeiro ou local, seja assimilado criticamente frente à complexidade irrepitível do contexto.

De fato, esse comportamento encontra ecos na história da linguística, quando esta passa a inserir em seu lócus de análise a ideia de enunciação (Benveniste, 2005, 2006) ou ato (Bakhtin, 2010), ainda que irrealizados como ponto crítico devidamente em demais teorias sociais por linguistas ou analistas que tornaram o objeto linguístico abstrato por demais ou se desresponsabilizaram do contexto em que estão.

Decorre daí a nossa dificuldade de ir além de um reducionismo: traduzimos teorias completas que passam a não ser sustentadas nos objetos locais e servem para uma compreensão *en passant* dessa realidade, sem a devida análise profunda que ela merece.

Esse reducionismo sociológico produziu comportamentos repetidos nas diversas ciências sociais, levando a um grande intérprete fechado nele mesmo, com repertório estrangeiro proclamado como chique, com exclusão da heterogeneidade que nos forma, e pouca diversidade nas bases ontológicas, isto é, no contexto em que se baseia.

O debate de raça e classe – um exemplo de reducionismo sociológico

No auge do que chamamos de reducionismo, como uma crítica de onde nasce a visão de redução como alternativa epistemológica, está o debate de raça e classe no Brasil como fenômeno amplamente utilizado pelas elites intelectuais locais.

Muitas teorias europeias e estadunidenses, entre elas o marxismo, o feminismo, as teorias queer, entre outras, ganharam espaço no chamado Sul global como resposta às formas como o ocidente agudizou suas investidas moderno-coloniais, levando a respostas que, antes sem referências diretas no mudo sem escrita fonocêntrica, passaram a ser influenciadas pelo ativismo ou progressismo produzido no Norte global.

A cabo disso, um certo debate de classe social produzido no apogeu do que chamei anteriormente de culturalismo racialista (Nascimento, 2020) reuniu autores que introduziram versões marxistas e pós-marxistas de interpretação da realidade social e, com isso, ignoraram veementemente as variáveis locais.

Não somente certas vertentes aprofundadas por Marx (1982) foram ignoradas, como a teoria do valor ou a questão nacional no trabalho, mas regramentos mais superficiais passaram a substituir os locais, justamente aqueles que não ganharam suficiente categorização no autor, como classe social (ver Bourdieu, 1987, 2009; Santos e Mastrella-de-Andrade, 2016). Ao invés de se pensar a ausência de uma industrialização plena e o papel dela para a evolução do que seria chamado de classe social, passou-se a utilizar um longo debate de raça como classe, classe como elemento de unificação nacional e raça como menos importante ou um elemento lateral.

A ideia de raça como classe aparece como discurso desidentificado à medida em que se constrói a narrativa de que raça não é importante e está contida em classe. Bonilla-Silva (2003) destaca como essa ideia pressupõe um esvaziamento dos problemas raciais que levam à ideia de um mundo pós-racial, como se ele realmente existisse.

Esse pressuposto, o tal mundo pós-racial, é erigido principalmente por um conjunto de lideranças e intelectuais brancos que querem esquecer os males causados com a escravidão e com o tráfico negreiro e, com isso, apagar o discurso sobre a raça (Alcoff, 2015). Logicamente, não se apaga o passado, e o negro passa a ser superado no discurso, como se fosse um ente do passado ou fora de moda, falando coisas que não fazem mais sentido. Trata-se de uma tecnologia poderosa do discurso racista: o silenciamento pelo esvaziamento do suposto nexos discursivo que não é mais negociado ou aceito pelo interlocutor

branco, este como alguém que se desresponsabilizou totalmente por aquela história (Alcoff, 1998).

Isso nos leva à noção de classe como elemento de unificação nacional, o que faz com que a maioria de nossas análises desenvolvimentistas ou conservadoras, liberais ou de esquerda estejam sempre enfocando a geração de renda em primeiro lugar, com as demais identidades lidas como secundarizadas.

Apenas mais recentemente, e não por iniciativa do Estado brasileiro, após um homem negro ser espancado até a morte em unidade do Grupo Carrefour, a empresa investiu em ações como a pesquisa do Instituto Locomotiva que demonstra que o mercado brasileiro perde bilhões de reais com a desigualdade racial⁴.

Esse estudo assevera que, apesar de movimentar mais de 1 trilhão de reais em 2017, a população negra tem uma perda significativa de 808 bilhões por causa do racismo, o que dificulta sua intenção de compra em diversos setores (por exemplo, negros contribuem em mais de 28 milhões em imóveis), como também a negativa de consumir de empresas com práticas desiguais.



Figura 1- Dados de consumo da população negra pelo Instituto Locomotiva/ Acesso em < <https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/as-faces-do-racismo-2020.pdf>>.

Apesar de advindos de uma sangrenta história, que perpetrou o fim da vida de um homem negro, esses dados acenderam o sinal amarelo de um mercado também influenciado por um certo reducionismo sociológico que colocava o negro apenas no mote de classe sem o politizar adequadamente como alguém que se pensa antes de tudo e cujo significado vai além das facetas enquadradas pelas organizações políticas.

⁴ Ver sobre a pesquisa em < <https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/impacto-do-racismo-na-economia.pdf>>.

Mais do que significativos, esses dados desmontam a ideia de classe como elemento de unificação à medida que demonstram que classe é um elemento mais disperso do que raça em termos socioculturais, ficando difícil de ser balizada num país desigual (Souza, 2009) cujas fontes econômicas jamais foram plenamente industriais ou se assemelhando ao capitalismo europeu.

O último elemento, raça como um elemento lateral, persiste principalmente nos partidos políticos que, ora enxergam o negro como um votante (menor do que um eleitor) ou como uma voz dissonante tal qual uma criança que chora, mas uma hora vai se calar. Como argumenta Fanon (2008), os negros somos muitas vezes tratados dessa forma, como se fôssemos crianças diretamente vindas da Pré-história.

Esse reducionismo sociológico, segundo o qual classe é central, dá lugar a uma sociolinguística focada na discrepância de classe social como elemento que desidentifica outras identidades que, tal como sabemos, contribuem para a interação entre as pessoas e não podem ser lateralizadas. O que eu chamo neste artigo de reducionismo sociolinguístico já foi nomeado como uma linguística desenvolvimentista (Nascimento, 2025). Opto pelo nome reducionismo como forma de construção do argumento da redução, um fenômeno reputado em uma outra ontologia.

Assim, a redução sociológica é um comportamento que pressupõe nem maximizar a experiência estrangeira e implementar de cima para baixo suas lentes epistemológicas sem contrapô-la aos problemas locais, abordagem essa principalmente reduzida a intelectuais acadêmicos, nem absorver a visão pouco crítica do regional, como o nacionalismo hegemônico por grupos brancos, pelos brancos e para os brancos. Este último aspecto ligado à visão pouco crítica do regional é concretizado, principalmente, pelos partidos de esquerda.

A redução sociológica não se apresenta como uma dicotomia nacional versus estrangeiro, mas como uma justaposição entre os dois, em que a melhor ferramenta analítica nasce justamente de como o contexto pressupõe condição, mas não determinação, e o global impõe inspiração ou metáfora, mas não manual de instrução vertical.

Apesar de Guerreiro Ramos estar inclinado a apresentar a redução como uma alternativa metodológica, neste artigo a sua presença se limita, sobretudo, a uma inspiração ontológica rumo à ideia de uma redução sociolinguística como alternativa ontoepistêmica do linguista numa sociedade complexa como o Brasil profundo.

Na próxima seção, procurando explicar o que seja um reducionismo sociolinguístico frente a uma redução, procurarei absorver esses elementos sem, com isso, perseguir o mesmo objetivo de Guerreiro Ramos, que é o de categorizá-la como alternativa metodológica. Antes disso, ainda que seja possível tal fato, é possível apresentá-la como uma alternativa ontológica para a área.

4. O reducionismo sociolinguístico

Tratarei do reducionismo sociolinguístico buscando enfocar a própria história da linguística no país, ainda que difícil de ser generalizada, a partir de sua introdução na esfera social, isto é, por meio da sociolinguística. Ou seja, a razão

de ser da nossa crítica só é possível porque a própria linguística no Brasil passou a ser social a partir de sua introdução na análise das desigualdades e de como a língua se dá nesse contexto.

Para isso, analisarei três aspectos que nos ajudam a interpretar os caminhos pelos quais os estudos linguísticos rumaram em direção a um reducionismo sociolinguístico: o historicismo racialista, o descritivismo e o letramento como democratização da cultura letrada.

Todos esses casos invocam fatos ou agendas, mas não necessariamente foram produzidos por um grupo de autores em coesão. Além disso, passaram a ser reproduzidos de época em época de forma metalinguística, isto é, com o fenômeno linguístico sendo demarcado pelo trabalho do linguista, mas sem uma reflexão etnometodológica, epistemológica, ontológica ou genealógica (ver Foucault, 1972). Por isso, a tentativa neste texto não é sistematizar uma lista de autores, mas os fatos ou fenômenos que constituem uma agenda sociolinguística no país, reduzindo o campo à mera repetição, sem assimilação crítica de agendas globais, coloniais ou neoliberais.

Historicismo racialista

O interesse pela relação entre linguagem e sociedade no Brasil não começa na pesquisa empirista a partir da década de 60. Uma boa parte da linguística histórica é feita a partir de estudiosos como Serafim da Silva Neto e Antenor Nascentes.

A sociolinguística brasileira é, como já disse neste artigo, produto de uma importação de técnicas de pesquisa da linguística americana. Em especial, a laboviana, aquela que foi responsável por contra-atacar o racismo dos estudos psicológicos que, fora dos argumentos linguísticos, disseminaram entendimentos racialistas sobre pessoas negras, como a inabilidade genética da fala, a irregularidade do discurso etc. Labov (1972a, 1972b) desmonta esses argumentos realizando verificações valiosas, impondo a necessidade de se observar que a natureza supostamente bagunçada da fala negra guardava um envelope de variação, isto é, uma natureza ou gama de variações formativas que constavam em variáveis sociais.

A sociolinguística, no entanto, chega ao Brasil num contexto já formado por todas as narrativas racialistas sobre o negro que coloquei anteriormente. Tanto o pensamento social brasileiro já estava contaminado, quanto já contávamos com o normativismo racista e a filologia racista de gente como Napoleão Mendes de Almeida e Serafim da Silva Neto.

Ao invés de enfrentar os dois autores como elos de um pensamento nacionalista que se queria e se fazia racista, apenas o primeiro segue criticado até hoje. Sintomaticamente, a filologia ganha corpo nas principais universidades do país como um elemento de eruditização da pesquisa acadêmica numa ciência linguística que, naquela época, ainda contava com pouco lastro entre nós.

Apesar de advir de um esforço do entendimento das práticas linguísticas que performam sincronidade ao discurso, gerando muitas variantes, a sociolinguística não escapa à cor local, isto é, às teorias racialistas que eram impostas por um recorte sócio-histórico advindo de estudiosos racistas, como Serafim da Silva Neto.



Figura 2- Serafim da Silva Neto/ Retirado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/sneto.html>

Serafim da Silva Neto exalta uma só brasilidade em seu trabalho, a branca. Herdeiro de gente como Silvio Romero, em sua implicância quase infantil com Machado de Assis, o filólogo remonta a história da língua portuguesa (ver Silva Neto, 1963) desde as suas origens europeias, passando pela chegada, transmissão e evolução.

Para Silva Neto (1977), os africanos não foram capazes de gerar uma língua legítima ou um crioulo por causa de sua inferioridade. Segundo ele, o domínio da língua portuguesa era atributo daqueles que tinham pele clara enquanto que, os africanos e seus descendentes, por sua inferioridade, não teriam conseguido constituir domínio pleno do português por terem uma aprendizagem tosca, o que gera o passivo africano na língua.

Para começar, ele ignora a própria heterogeneidade dos colonizadores portugueses, ao afirmar que os colonizadores “vinham de todas as partes de Portugal”, mas que, ao entrarem em “contato e interação, se fundiram num denominador comum, de notável unidade”, isto é, a língua (Silva Neto, 1951, p. 15).

Chamando o Português dos negros e índios de “estropiado” e “rude, Silva Neto (1979) exalta o português do colonizador como preponderante nas cidades. Assim, ele faz uso da dialética rural/urbano e é, em boa medida, reforçada pela sociolinguística brasileira. Para ele:

A influência dos negros e índios não pôde jamais ser grande nas cidades. O prestígio capaz de a impor faltou-lhes: não tinham prestígio literário porque sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social, porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava às classes mais humildes da população (Silva Neto, 1979, p. 597-598).

Nota-se que o nome “prestígio”, ainda hoje em voga entre sociolinguistas, é utilizado desde Silva Neto para reforçar um status raciológico, mais do que enfrentá-lo. Ou seja, no caso de Silva Neto, isso serve para reificar a ideia de prestígio como um fenômeno da natureza, da superioridade branca inculcada e desdobrada naturalmente na língua.

As visões de Serafim da Silva Neto e sua história da língua portuguesa servem, de igual modo, para fundamentar uma noção de língua portuguesa como uma unidade coerente que, no país, teve influência vitoriosa, ou superestratista, dos portugueses como um grande povo. Ao distinguir língua comum de língua literária, ele volta lembrar a que a tal língua literária, uma entidade abstrata que não é um bloco homogêneo no Brasil, se sobrepôs “à linguagem grosseira dos Índios e dos Negros, ao falar rústico e rude dos colonizadores oriundos da província ou das baixas classes, como um meio superior de manifestação e de comunicação” (Silva Neto, 1979, p. 604).

Há dois problemas evidentes nessas afirmações. A primeira é de que a tal língua literária tenha vingado desde o início no Brasil colônia. É preciso lembrar que ela passou a disputar um repertório mais concreto no português brasileiro justamente a partir da chegada da Família Real em 1808, com a expansão de uma produção editorial no Brasil, mas sua suposta prevalência ainda carece de dados objetivos. A segunda, mais fundamental, é a afirmação de uma unidade incrível como resultado desse processo.

É impossível, senão improvável, que os portugueses colonizadores brancos tivessem uma unidade incrível na colônia, já que suas interações quase sempre se resumiram a tentativas de comunicação em segunda língua (L2). É surpreendente que, no meio de uma suposta erudição, sem dados científicos completos, Silva Neto (1979) faça afirmações desse tipo que até hoje seguem não contestadas pela maioria de nós. Pior ainda é pressupor que essa unidade incrível tenha girado em torno do português literário de Portugal, variante que não era dominada pela maioria dos invasores a partir de 1530, muitos de baixa estatura social na sociedade portuguesa.

As palavras de Serafim da Silva Neto atuam diretamente para corroborar a ideia de um negro inferior e incapaz ter feito preponderar seu falar linguístico, por isso impossível de ser descrito por linguistas.

A diferença entre esse filólogo e gramáticos como Napoleão Mendes de Almeida, como eu já propus, é que ele é plenamente aceito no campo da sociolinguística brasileira como uma base filológica, em que pese a contaminação do seu pensamento que o leve a ser anulado. Isso implica nos perguntarmos se valeria a pena dar carta branca (nome proposital e irônico aqui) a estudiosos que promovem um pensamento racista na linguística.

Qual seria a diferença do normativismo de Napoleão Mendes de Almeida para a filologia racista de Silva Neto? Trata-se justamente do método técnico-científico que este segundo reproduz. Aquilo que, no prefácio ao “Dicionário etimológico resumido da língua portuguesa”, do linguista negro brasileiro Antenor Nascentes, ele chamou de uma verdadeira ciência europeia, fazendo alusão aos bons serviços assimilacionistas do linguista negro.

O fato de degradar o normativismo e assumir um descritivismo com bases racistas não faz a linguística, e muito menos a sociolinguística, ser melhor do que o normativismo. A visão sócio-histórica de Serafim da Silva Neto é mais do que uma organização de sua pesquisa, mas uma busca para consolidar seus

argumentos puramente racistas e que são, direta e indiretamente, epistemológicos no retorno desse intelectual branco à promoção da identidade, inclusive linguística, de seus ancestrais.

Como lembram Severo e Eltermann (2018), esse autor traz a ideia de que o português se estabeleceu entre nós por escolha e não por imposição colonial, como se os brasileiros esteticamente estivessem adotando uma escolha pelo grau de superioridade da pele branca e dos modos brancos de falar. Em conclusão, essa ideia colocada significa que o português foi escolhido por ser uma língua superior, de gente clara, europeia.

Embora os estudos linguísticos passem a dar crédito a uma visão sociolinguística baseada na ideia de fato histórico como algo fixo, tudo indica que a visão histórica é, na verdade, sócio-histórica. Portanto, ela também é sociolinguística. Isto é, várias insinuações de Silva Neto são produto do seu meio, ou seja, de um racismo que, desde o final do século XIX, habitava os caminhos da intelectualidade branca brasileira e devem contar como sociolinguísticas.

Temos rediscutido em muitas áreas, especialmente com base no perspectivismo, que as visões de fato de um determinado historiador precisam passar por diversas balizas — inclusive por seu lócus de enunciação e pelas posições de privilégio que o atravessam —, ou seja, sua historicidade, para entendermos o que ele enxerga como fato histórico. O próprio filósofo branco francês Michel Foucault (1972) denuncia como, metodologicamente, a posição do historiador se constrói quando ele, envolvido numa historicidade que é sua, sai eliminando objetos enquanto inclui outros.

Ao falarmos de Serafim da Silva Neto, tanto metodologicamente quanto epistemologicamente, estamos falando de um estudioso que toma decisões que estão longe de ser neutras. Além do mais, o que Foucault (1972), provavelmente lendo Nietzsche, outro pensador branco europeu, está induzindo a se pensar é justamente o fato de que a historicidade daquele que escreve certamente traz consigo uma genealogia, um conjunto de ideias dessa genealogia, o modo de interpretar a partir dela.

Serafim da Silva Neto guarda consigo o peso de inúmeros pensadores que fizeram carreira num reducionismo sociológico, que é o de ser considerado um grande intérprete. Ao buscar esse rumo, a linguística cria semideuses que podem ser racistas, desde que falem de língua a partir de uma certa objetividade científica.

Inicialmente, podemos afirmar que a redução sociolinguística está entrincheirada contra essa sócio-história racista. Isso porque, após décadas, o repertório social discutido e pesquisado sempre busca reafirmar a ideia de língua nacional, conforme vou destacar a seguir.

Para Silva Neto (1979), os negros já vinham de África falando um português “deturpado e simplificado”. Esses eram os Ladinos. Para esse pensador, aqueles que não dominavam o português padrão eram os boçais, que aprendiam o português deturpado dos ladinos.

O crioulo ou semicrioulo, ambas abstrações racistas baseadas na suposta completude nas línguas europeias, enquanto unidades supostamente factíveis e com sistemas completos e racionais, são vistos historicamente como oriundos de uma transmissão linguística entre uma Primeira língua (L1) e uma Segunda língua (L2), em que se gera uma Terceira língua (L3).

A tese de Silva Neto (1979), seguida diretamente pela maioria das discussões em linguística histórica no país (cf. Lucchesi et al, 2009; Mattos e Silva, 2004), é de que chegou a existir no Brasil uma criouliização ou semicriouliização entre africanos, tese que só passa a ser contra-atacada por Lucchesi (2012) para contrapor a narrativa problemática de Naro&Scherre (2009), e não para destruir os argumentos de Serafim da Silva Neto, que é a ideia de que esse crioulo surgiu da língua portuguesa decadente de escravizados e que eles não foram capazes sequer de gerar uma língua.

O crioulo ou semicrioulo, ambas abstrações racistas baseadas na suposta completude nas línguas europeias, enquanto unidades supostamente factíveis e com sistemas completos e racionais, são vistos historicamente como oriundos de uma transmissão linguística entre uma Primeira língua (L1) e uma Segunda língua (L2), em que se gera uma Terceira língua (L3).

A discussão mais fantasiosa que se faz sobre crioulos é resultante da atenção que europeus dão a línguas africanas. Ou seja, a ideia de crioulos surge de uma fetichização e exotização desses falares pelos europeus que veem em crioulos (L3) uma falta de elementos linguísticos que eles veem como comuns nas línguas europeias. Por exemplo, a sintaxe apresenta, para muitos linguistas europeus, a importância da centralidade do verbo que, em diversas línguas não indo-europeias, são marcadas dentro da própria formação morfológica da sentença, como no exemplo a seguir:

- a) Kimbundu (língua Bantu africana): Eme Kyambote
- b) Português brasileiro: eu **estou** bem

No primeiro exemplo, a formação sintática prioriza a lexificação, embutindo o sentido do verbo (sou/estou) no primeiro item (Eme/ eu), em que o sintagma pode ser da formação da palavra que, muitas vezes, se combina com outro sintagma ou item lexical por meio da harmonia vocálica (ver Peter, 2015). Já no segundo exemplo, que domestica o olhar da linguística ocidental, o verbo ser parece ser algo obrigatório para uma língua ser reconhecida enquanto tal.

Ao enxergar o sintagma nominal como central, o linguista, em especial os sociolinguistas, atuando como crioulistas, não conseguem usar um outro número de sapato que não seja o de uma língua nos moldes europeus. Eles veem línguas dentro de um mesmo molde, o de línguas enquanto sistema ao passo em que abandonam discussões cruciais, como a falta de hierarquização entre línguas. Embora esse seja o discurso supostamente tolerante de parte de sociolinguistas atuais no Brasil, essa área de firmou no país com um repertório que buscava vulgarizar termos como dialeto antes de o questionar.

DeGraff (2005), ao falar da excepcionalidade de crioulos, isto é, a visão racista que prepondera na forma de ver crioulos como exóticos, afirma que:

Em resumo, a história da suposta excepcionalidade de crioulos pode ser interpretada como um link discursivo na cadeia dialética que conecta o problema da escravidão no novo mundo com o racismo científico europeu. Por sua vez, esse discurso de excepcionalidade de crioulos pode ser textualmente ligado a certos aspectos dentro de uma narrativa científica hegemônica que ocorre durante toda a história do Caribe pós-colonial desde

as primeiras descrições de línguas crioulas (DeGraff, 2005, p. 535, tradução minha).

Ou seja, DeGraff também vê o racismo como elemento central na forma como crioulos, em geral, são descritos. O fato de se ver crioulo como excepcional, isto é, exótico e diferente do que vemos como uma língua, é um elemento facilmente explicável pelo viés racista do linguista eurocêntrico. Isso quer dizer que esse linguista eurocêntrico não consegue ver nada além daquilo como uma língua.

O que estou denominando como historicismo racialista é a base de muitos estudos sociolinguísticos que, ao justificarem sua razão de ser no português popular, não se apartam dessas fontes e, muito pelo contrário, elogiam ou fazem um uso irrepreensível delas (vejamos Bagno, 2016, todo elogioso a Serafim da Silva Neto, sem analisar as complexidades do racismo desse autor).

Descritivismo

O descritivismo tem sido o grande bastião de dois ramos sociolinguísticos importantes no país. Um deles é a sociolinguística variacionista, que se baseia na frequência do uso para formular como as variantes se comportam em certos padrões (Bortoni-Ricardo, 1997). Outro é a sociolinguística educacional, especialmente a produzida no Brasil (ver Bortoni-Ricardo, 2025).

Descritivismo não se confunde com descrição. Qualquer linguista pode fazer descrição, inclusive no âmbito de uma sociolinguística interacional (ver Fabrício, 2020). O maior problema é quando essa descrição implica valores distributivos que buscam validar hipóteses anteriores, inclusive aquelas formuladas há mais de um século pela linguística europeia.

Isto é, quando o pesquisador vai a campo realizar descrição, mas busca validar hipóteses anteriores, é a hipótese que forma o que estamos chamando de descritivismo, isto é, o ato de tentar validar dados com base em comunidades que são maiores do que o processo de validação.

O descritivismo é, por assim, dizer um dos problemas de uma sociolinguística majoritariamente urbana, baseada nos modelos sociológicos que temos. Quando ela se inclina a grupos isolados (o nome isolado é problemático!) ou rurais, as metodologias não mudam, senão se adaptam em formas grosseiras de inquérito científico.

Um dos pontos que confirmam isso é a obsessão da pesquisa por comunidades mais isoladas linguisticamente, como se existisse de fato uma distância abissal entre o urbano e o rural no país. Para Santos (2005), a verdadeira distinção (e não dicotomia) deve ser entre um Brasil urbano e um Brasil agrícola. A famosa clivagem Brasil urbano versus Brasil rural serve para mitificar a ideia de um urbano no discurso, ou seja, aproximar o brasileiro, em sua brasilidade branca, de uma anglo-europeização que abnega o rural, este sendo aquele que lhe produz alimentos e fontes de existência.

Ao imaginar comunidades rurais como necessariamente isoladas, ou buscar as mais isoladas, esse linguista inventa sua língua (Makoni e Pennycook, 2006) e vai a campo para testar suas hipóteses. Isso gera um efeito em geral racista do Brasil urbano, que é o de mitificar o Brasil rural, negando-lhe a

criatividade de costume, o design, em nome da necessidade de o manter isolado, exótico, fechado em si mesmo. Santos (2005), ao discordar da dialética Brasil urbano versus Brasil rural nos assevera que o urbano está cercado do rural, que o invade, senão nos bairros que se assemelham às cidades europeias, nas enormes periferias.

O ato de ser descritivista, assim, não é o grande oposto do prescritivismo, mas um ato de suposta neutralidade do linguista em nome da testagem de suas hipóteses, essas jamais neutras, e baseadas nos padrões eurocêntricos de língua. Assim, ao contrário da neutralidade pressuposta, o que se tem é um linguista absolutamente ideológico (ver os textos em Blommaert, 1999).

Outros textos, traduzindo uma natureza performativa (ver Blommaert, 2008; Melo, 2019; Fabrício e Moita Lopes, 2020) ou política (Flores e Rosa, 2015; Silva, 2022) trazem elementos para repensarmos formas de descrição sem, com isso, cairmos no reducionismo que o descritivismo, a título de alegadamente querer enfrentar o suposto prescritivismo, nos lega. Assim, o contrário de prescritivismo não é descritivismo, mas análise performativa, política e/ou transgressiva nos estudos da linguagem.

Um grande exemplo de descritivismo entre nós está no comportamento de linguistas ao realizarem atlas em comunidades isoladas ou exóticas, esses focados apenas no léxico e na exotização da linguagem local (ver Rossi, 1963), ao passo que projetos urbanos, como o Projeto NURC (Norma Urbana Linguística Culta),[4] além de focarem em mais elementos, sendo eles sistematizados em vários domínios (sintaxe, semântica etc.), reduzem a noção de culto a pessoas urbanas que concluíram o ensino superior, sendo esse grupo, obviamente, feito de pessoas brancas.

Letramento como democratização da cultura letrada

Por último, um elemento que centraliza uma parte da sociolinguística no ativismo no país, especialmente naquilo que se autoproclama como sociolinguística educacional, é a ideologia de letramento como democratização da cultura letrada.

Apesar de isso não ser privilégio de sociolinguistas, a visão de letrar como democratizar a cultura letrada virou uma página de atuação pública, inclusive das entidades de representação da área, fazendo com que governos liberais ou progressistas apostassem em documentos educacionais, muitas vezes sob a tutela desses especialistas, com destaque para ideologias linguísticas que circulam em torno da concepção de competências básicas ou déficit.

Em um texto controverso, Bagno e Rangel (2005) realizam uma ampla explanação da educação linguística no Brasil para, ao fim, dar preferência à ideia de uma educação linguística vertical, essa que está presente sobretudo no campo da sociolinguística educacional no país, em que o Estado, ao invés de aprender com a educação popular, seja o fornecedor de um modelo de educação preconizado pelos cientistas. Como os próprios autores defendem:

Uma das tarefas da educação linguística seria, então, oferecer propostas teóricas e práticas para **levar a escola brasileira** a desenvolver, de modo consciente e sistemático, o letramento de

seus alunos, isto é, **garantir a eles** a possibilidade de **participar e interferir** na construção de uma sociedade letrada (Bagno e Rangel, 2005, p. 70, grifos meus).

Os itens “levar a escola brasileira a”, “garantir a eles” e “participar e interferir” destacados revelam o interesse por um aprendizado cuja construção não vem da base, mas da intervenção de um Estado que acha que sabe o que é melhor para o cidadão. Com isso, a linguística avaliza o desenvolvimentismo e a ótica moderno-colonial no qual os estados-nações modernos se assentam. Ora, aí está um aspecto que o sociolinguista Christopher Stroud (2001) critica como um problema na educação sul-africana, que é a forma como o Estado ocupa um lugar vertical e os cientistas são aqueles que fornecem a base para essa verticalidade, não se levando em questão como a comunidade ao redor educa, o que pensa sobre educação etc. Com isso, se pressupõe que as pessoas, ao terem acesso a uma educação vertical e pouco enraizada, vão realmente interferir na cultura letrada, sendo que elas, no limite, se tornarão repetidoras dela.

Em outro lugar, Faraco (2007) argumenta:

Como se supõe que para os linguistas “tudo vale na língua”, supõe-se também que eles são contrários ao ensino das variedades cultas. Não há (e nunca houve), em seus textos, nenhuma afirmação nesse sentido. Ainda assim, são acusados de esquerdistas de meia-pataca porque (supostamente) idealizam tudo o que é popular e preconizam que os ignorantes continuem a sê-lo (cf. revista *Veja*, 7/11/01, p. 112). E, no entanto, os linguistas não só têm defendido que o ensino dê aos alunos acesso às variedades cultas, como têm também desenvolvido uma compreensão mais refinada do próprio fenômeno das variedades cultas (Faraco, 2007, p. 3).

Nesse trecho, como em vários momentos, esses especialistas levam muito tempo tentando explicar sua “seriedade” para a sociedade, deixando entrever que seu ativismo é mais pelo “respeito” e “tolerância” às pessoas mais populares, e não o conhecimento ou valorização de seus linguajares por meio de sua inserção em um currículo multiglóssico.

Reside aí um dilema fundamental. Quando falamos de democratização da cultura letrada ou acesso às variantes cultas, como prega o autor, não questionamos ambos, acesso ou democratização, como discursos prontos ou pouco úteis para a periferia, naquilo que Stroud (2001, 2018) critica nos chamados direitos linguísticos, isto é, a ideia de que podemos salvar as pessoas com as quais trabalhamos numa espécie de experiência missionária em que essas pessoas sequer são consultadas.

5. Por fim, a redução sociolinguística

Como discutido anteriormente, ao contrário de Guerreiro Ramos (1995, 1996) não apresentarei neste artigo a ideia de redução sociolinguística como uma alternativa metodológica, o que penso ser necessário em algum momento, mas como opção ontológica.

Por ontológico penso ser necessário recuperar o sujeito que há em nós e como ele se conecta com o sujeito da nossa pesquisa, suas vivências e suas complexidades. Este trabalho tinha como objetivo a interpretação do que venho chamando de português do usufruto, com base na pesquisa que faço em quilombos há quase cinco anos. Porém, um fato, que é descrito nessa pesquisa, me trouxe a este texto, que é a conversa de Biela, Polegar e seu Tião, conforme nota a seguir:

Biela, Polegar e Tião estavam conversando. Eu apenas fiquei observando como se fosse ali um invisível. Impossível, né. Como se soubessem que eu estava ali justamente me aproximando da comunidade, sendo um acadêmico, resolveram falar bastante de linguagem. O principal aspecto foi a reclamação de uma outra pesquisadora que lá esteve, coletou músicas e depois entregou as músicas com marcas de correção linguística (Nota de campo/12/11/22).

Esse incômodo inicial destruiu minhas expectativas de pesquisa descritiva com aquelas comunidades, cerca de sete comunidades quilombolas com as quais tenho contato. Isso porque qualquer trabalho meramente descritivista que eu fizesse ia se assemelhar à minha colega que, para eles, foi uma extrativista sintética, termo que o intelectual quilombola Bispo dos Santos (2015) denominou para se antepor às práticas acadêmicas que não respeitam a preservação e conservação como fundamento de confluência e manutenção de natureza e os povos tradicionais (cf. Decreto nº 12.278/2024) num mesmo ecossistema, mas que se fundamentam na exploração enquanto expropriação das práticas locais.

Diante desses desafios, a redução sociolinguística é uma tarefa do pesquisador que lê se lendo (Menezes Souza, 2011), isto é, em que a pessoa lê o texto lendo a si própria lendo o texto, sendo essa a tarefa que Menezes de Souza (2011) implica para o letramento crítico. Com isso, quero dizer que o pesquisador precisa de um esforço ontológico para compreender seu lócus de enunciação (Diniz de Figueiredo e Martinez, 2019; Nascimento, 2021) e o próprio lócus de enunciação da linguística (Nascimento, 2021, 2025).

Dessa forma, não basta não reduzir o sujeito de pesquisa a um mero agente sociolinguístico ou um usuário da língua. É preciso ir além, ouvindo e acolhendo quais são suas percepções ou agências que movimentam seus saberes linguísticos antes mesmo que haja qualquer transcrição de sua forma de falar.

Há muitos desafios nisso, e este texto se torna mais incompleto perto do fim, não tendo sido seu objetivo uma categorização mais completa desse esforço rumo a um esforço etnometodológico. Ao fim e ao cabo, nossa intuição precisa estar mais ligada ao fazer social do outro, à perspectiva que se forma no encontro, a como o sujeito de pesquisa nos enxerga e para o que servimos naquela comunidade.

Em meu caso, ao longo dos inquéritos sociolinguísticos e da etnografia de hábito, passei a trabalhar com narrativas de valorização (linguística) da/pela

comunidade (por exemplo, como a comunidade vê a língua e se vê linguisticamente), bem como a registrar esforços linguísticos repetitivos, como o de existir na língua e a forma como o ensejo semiótico de existir na língua importa ressemiotizar o apagamento que sofrem (em que a repetição do termo “quilombola” se repete em forma de agência) e reiterar sua relação com a terra, com o rio e o mar como fundamentos do próprio existir produzindo enquanto quilombolas. A isso tenho conceituado como Pretuguês do usufruto, como uma forma de fugir, talvez passageiramente, de a-um reducionismo sociolinguístico que me obriga à categorização antes que os sujeitos narrem sua própria história e, com elas, reafirmem as línguas que falam.

Referências

- ALCOFF, L. M. 1998. What Should White People Do? *Hypatia*, 13(3), 6–26.
- ALCOFF, L.M. 2015. *The future of whiteness*. Cambridge: Polity Press.
- BAGNO, M. 2016. O impacto das línguas bantas na formação do português brasileiro. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 19-31.
- BAGNO, M & RANGEL, E de O. 2005. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, n. 5, v.1, p. 63–81.
- BAKHTIN, M. 2010. M. Para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro & João Editores.
- BENVENISTE, E. 2005. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes.
- BENVENISTE, E. 2006. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes.
- BISPO DOS SANTOS, A. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília, DF:
- BLOMMAERT, J. 1999. *Language ideological debates*. Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- BLOMMAERT, J. 2008. *Grassroots Literacy: Writing, Identity and Voice in Central Africa*. London: Routledge.
- BONILLA-SILVA, E. 2003. *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States*. New York: Rowman and Littlefield.
- BORTONI-RICARDO, S.M. 1997. Variationist Sociolinguistics. In: Hornberger Corson. (Org.). *Encyclopedia of Language and Education - Research Methods in*

- BORTONI-RICARDO, S.M. 2025. Sociolinguística educacional. São Paulo: Editora Contexto.
- BOURDIEU, P. 1987. *Economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo, SP: Perspectiva.
- BOURDIEU, P. 2009. O poder simbólico. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEGRAFF, M. 2003. Against Creole Exceptionalism. *Language*, 79(2), 391–410.
- DINIZ DE FIGUEIREDO, E. H. & MARTINEZ, J. Z. 2019. The Locus of Enunciation as a Way to Confront Epistemological Racism and Decolonize Scholarly Knowledge. *Applied linguistics*, n. 42, v.2, p.355-359.
- DOVCHIN, S. 2020. The psychological damages of linguistic racism and international students in Australia. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 23(7), 804–818.
- FABRICIO, B. F. 2020. Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- FABRÍCIO, B.F. & MOITA LOPES, L.P. 2020. Perspectivizing and Imagining Queer Pedagogies Through Collaborative Interventionist Research in a Brazilian School. In: Pérez, M., Trujillo-Barbadillo, G. (eds) *Queer Epistemologies in Education*. Queer Studies and Education. Palgrave Macmillan.
- FANON, F. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FARACO, C. A. 2007. Por uma pedagogia da variação linguística. In: Djane Antonucci Correa. (Org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial.
- FLORES, N., & ROSA, J. 2015. Undoing appropriateness: Raciolinguistic ideologies and language diversity in education. *Harvard Educational Review*, 85(2), 149–171
- FOUCAULT, M. 1972. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa : Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- GARCÍA, O. 2009. *Bilingual education in the 21st century: A global perspective*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell.
- GROSGOUEL, R. 2016. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, n. 31, v. 1.
- GUERREIRO RAMOS, A. 1996. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GUERREIRO RAMOS, A. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

HARRIS, R.1981. *The Language Myth*. Nova Iorque: St. Martin's Press.

HASENBALG, C. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

KROSKRITY, P. V. 2020. 'Theorizing Linguistic Racisms from a Language Ideological Perspective', in H. Samy Alim, Angela Reyes, and Paul V. Kroskrity (eds), *The Oxford Handbook of Language and Race*. Oxford: Oxford academic.

KROSKRITY, P.V. 2021. Covert Linguistic Racisms and the (Re-)Production of White Supremacy. *J. Linguist. Anthropol.*, 31: 180-193.

LABOV, W. 1972a. *Language in the inner city*. University of Pennsylvania Press.

LABOV, W. 1972b. *Sociolinguistic patterns*. University of Pennsylvania Press.

LUCCHESI, D. 2011. Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista? *Grial* (Vigo), Vigo - Galícia, p. 86 - 95.

LUCCHESI, D. 2012. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: Lobo, Tânia; Carneiro, Zenaide; Soledade, Juliana; Almeida, Ariadne; Ribeiro, Silvana. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. 1ed. Salvador: EDUFBA.

LUCCHESI, D.& BAXTER, A. & RIBEIRO, I. 2009. *O Português Afro-brasileiro*. Salvador: Edufba.

MAKONI, S. & MEINHOF, U. H. 2006. Linguística Aplicada na África: Desconstruindo a Noção de Língua. In Moita Lopes, L. P. (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

MAKONI, S. & PENNYCOOK, A. 2006. Disinventing and Reconstituting Languages. In Makoni, S.; Pennycook, A. (Org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters.

PETTER, M. 2015. *Introdução à linguística africana*. 1ed.São Paulo: Editora Contexto, v. 1, p. 27-48.

MATTOS E SILVA, R. V. 2004. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MARX, K. 1982. *Para a crítica da economia política*. Abril Cultural, São Paulo.

MAY, S. 2023. Linguistic racism: Origins and implications. *Ethnicities*, 23(5), 651-661.

MELO, G. C. V. de. 2019. Slave trade ads in the 19th century: textual trajectory, entextualization and indexical orders mobilized on contemporary ads. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, p. 871-900.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. 2011. Para uma redefinição de letramento crítico. In: Maciel, R. F.; Araújo, V. A. (Org.). *Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas*. São Paulo: Paco.

NARO, A. J.; Scherre, M. M. P. 2007. *Origens do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola.

NASCIMENTO, G. 2019. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019.

NASCIMENTO, G. 2020. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racista nos estudos da linguagem. *Polifonia: estudos da linguagem*, v. 27, p. 68-94.

NASCIMENTO, G. 2021. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 60, p. 58-68.

NASCIMENTO, G. 2021. Racismo linguístico é sobre palavras? Um prefácio. *Lingu@ nostr@* - Revista virtual de estudos de gramática e de linguística, v. 8, p. 3-15.

NASCIMENTO, G. 2022. Racismo linguístico. In: Cristiane Landulfo; Dóris Matos. (Org.). *Suleando Conceitos em Linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. 1ed.Campinas: Pontes, v. 1, p. 311-314.

NASCIMENTO, G. 2023. On (Dis)Inventing language as a zone of nonbeing: black teachers in ELT and linguistic racism in Brazil. In: Patricia Friedrich. (Org.). *The Anti-Racism Linguist: A Book of Readings*. 1ed.Londres: Multilingual Matters, v. 1, p. 59-89.

NASCIMENTO, G. 2025. O perigo de uma linguística única. *Revista Entretextos*, v. 25, p. 29-53.

NASCIMENTO, G.; WINDLE, J. 2021. The Unmarked Whiteness of Brazilian Linguistics: From Black-as-Theme to Black-as-Life. *J. Linguistic Anthropology*, n. 31, p. 283-286.

SANTOS, G. N. dos; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. 2016. O ensino de língua inglesa e a identidade de classe social: alguns apontamentos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, p. 541-563.

NIETZSCHE, F. 1987. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Editora Brasiliense.

OOSTENDORP, M. 2023. Failing Fortunes of Applied Linguistics: Towards Surviving Mastery, *Applied Linguistics*, n. 44, v. 5.

ROSSI, N. 1963. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional.

SANFELICE, J. L. 2007. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação & Sociedade*, 28(99), 542–557.

SANTOS, B. DE S. & Meneses, P. 2010. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, M. 2005. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP.

SEVERO, C. G. & Eltermann, A. C. F. 2018. Língua e brasilidade no pensamento linguístico dos anos 1940-1960. *Investigações*, v. 31, p. 410-428.

SILVA NETO, S. 1963. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura.

SILVA NETO, S. 1979. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Presença.

SILVA, D. N. 2022. The Politics of Enregisterment amid the Crossfire in Rio de Janeiro. *Signs And Society*, v. 10, p. 239-264, 2022.

SOUZA, J. 2015. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

SOUZA, J. 2009. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo horizonte: Editora UFMG.

STROUD, C. 2001. African Mother-tongue Programmes and the Politics of Language: Linguistic Citizenship Versus Linguistic Human Rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 22(4), 339–355.

STROUD, C. 2018. Linguistic Citizenship. In Lisa Lim, Christopher Stroud and Lionel Wee, Bristol (Orgs.). *The Multilingual Citizen: Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Blue Ridge Summit: Multilingual Matters.

WINDLE, J. & MOITA-LOPES, L. P. 2023. 'Rescaling the Global Borderlands: Transperipheral Projections from "the Heart of the Amazon"'. *Language in Society*, n. 52, v.1